



Eixo: Mundo do trabalho.

A precarização do trabalho como fator de pobreza persistente

Resumo: Este artigo aborda a pauperização da classe trabalhadora, compreendida aqui como expressões da questão social no modo de produção capitalista. Com análises fundamentadas na teoria marxiana, quando revelam que a desigualdade social e a pobreza são inerentes às relações sociais de produção capitalista. Para isso se faz necessário analisar as determinações impostas pelas contradições próprias do capital frente a pauperização da classe trabalhadora, visto que não se trata somente de uma definição de pobreza pautada na aquisição de renda ou bens, e sim nas relações sociais que são estabelecidas na sociedade capitalista, nas quais determinam o antagonismo entre dominados e dominadores. Desse modo evidencia-se que a pobreza e a desigualdade social persistem, conforme se agudiza a exploração da classe trabalhadora, sob a lógica incessante de subordinação do trabalhador num contínuo processo de exploração.

Palavras-chave: Pobreza; classe trabalhadora; capital; desigualdade; questão social.

Precarious work as a factor in persistent poverty

Abstract: This article addresses the pauperization of the working class, addressing it here as expressions of the social issue in the capitalist mode of production. With analyzes based on marxian theory, when they reveal that social inequality and poverty are inherent to the social relations of capitalist production. To do this, it is necessary to analyze the determinations imposed by the contradictions inherent to capital in the face of the pauperization of the working class, since it is not just a definition of poverty based on the acquisition of income or goods, but rather on the social relations that are established in society. capitalist, in which they determine the antagonism between the dominated and the dominators. In this way, it is evident that poverty and social inequality persist, as the exploitation of the working class intensifies, under the incessant logic of worker subordination in a continuous process of exploitation.

Keywords: Poverty; working class; capital; inequality; social issues.

1 Introdução

A pobreza não é um fenômeno que nasce com a sociedade capitalista, sua existência decorre desde as primeiras formas de exploração do homem pelo homem, ainda no seio da sociedade primitiva, como resultante da escassez de produção. No entanto a pobreza no contexto capitalista, é discutida a partir da pauperização da classe trabalhadora, advinda do processo de industrialização que se difundiu em meados do séc. XVIII, na Inglaterra.

Diante deste cenário ocorre o desenvolvimento das forças produtivas do capital, com o suporte indissociável da exploração da classe trabalhadora em seu processo de extração da mais-valia, numa relação de extrema dominação do capital sob o trabalhador proletariado, que vende sua força de trabalho e não recebe a riqueza socialmente produzida.

Essa relação de exploração, se configura na precarização do trabalho, em sua forma mais degradante e humilhante, ao atingir as classes mais baixas da sociedade capitalista, na qual se formam numa relação contraditória de desigualdade, em que não

são as condições de precariedade e desigualdade que gestam a pobreza, mas o próprio desenvolvimento e acumulação da riqueza que produz e reproduz a pobreza, numa escala cada vez maior.

À vista disso, o presente estudo tem como objetivo tecer algumas considerações sobre a pobreza, que se manifesta e persiste a partir da precarização do trabalho em meio a sociedade capitalista Industrial, sob a direção teórica marxiana que procura explicar a pobreza em sua gênese.

A realização desse estudo se deu através de pesquisa de caráter bibliográfica e empírica, na qual foram realizadas análises a partir de livros e artigos para fundamentar o estudo acerca do tema, partindo do pensamento norteador dos referidos teóricos: Marx (2013; 2010), Engels (2010), Iamamoto (2000; 2007) e Guerra (2007). Sob uma abordagem, qualitativa, visto que o objetivo é analisar e descrever as principais particularidades para explicar o fenômeno, bem como, em entender como o aspecto precarização do trabalho interfere na persistente reprodução da pobreza.

1. A reprodução da pobreza no sistema capitalista

A pobreza sempre existiu nos diversos contextos históricos, o que ocorre é um processo de mutação, transformação, explícita de acordo com o período histórico em que se vive, logo, as mudanças histórico-sociais impactam diretamente na subjetividade da concepção da pobreza (CASSAB, 2001).

Ao analisá-la historicamente, surge o cenário da divisão social de classes, bem como a exploração de uma classe sobre a outra, do homem pelo homem, nesse sentido, temos a pobreza como produto principal desta exploração, entendida, não como um produto exclusivo do modo de produção capitalista, entretanto, encontra-se intrinsecamente atrelada ao capitalismo, ao modo em que o capitalismo fomenta essa exploração social, ocorrido desde a passagem do modo primitivo de produção para a sociedade de classe, vez que na sociedade antiga os homens viviam com base em relações e uniões familiares, onde o que produziam eram suficientes para a sobrevivência daquela organização social específica, não havia excedente de produção. “Em sociedades pré-capitalistas a pobreza é o resultado (para além da desigualdade na distribuição da riqueza) do insuficiente desenvolvimento da produção de bens de consumo, ou seja, da escassez de produtos” (MONTAÑO, 2012, p. 279).

No Modo de Produção Capitalista, a desigualdade e a pobreza não são criadas pelo escasso e precário desenvolvimento, mas pelo próprio desenvolvimento,

visto que, quanto mais desenvolvidas as forças produtivas, maior o crescimento do capital e maior a pobreza, absoluta ou relativa, Marx (2013).

No modo de produção capitalista a pobreza (pauperização absoluta ou relativa) é o resultado da acumulação privada do capital, mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, entre os donos dos meios de produção e os donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados, produtores diretos da riqueza e usurpadores do trabalho alheio (MARX APUD MONTAÑO, 2012, p. 279).

A pobreza adquire o caráter funcional do capital ao assegurar sua disponibilidade no chamado exército industrial de reserva, é o excesso de mão de obra, que assegura o funcionamento do sistema de produção, no qual contribui significativamente para o rebaixamento dos salários, acarreta a precarização do trabalho, desemprego e subemprego, em que não supri as necessidades mínimas da existência humana em uma capacidade constante de produzir em abundância, em que o desenvolvimento das chamadas forças produtivas não acompanhou a elevação dos níveis e condições de reprodução social (GUERRA, 2007).

Desse modo, conforme a perspectiva marxiana, a pobreza e a riqueza estabelecem uma relação antagônica, entretanto não se desassociam, sendo a riqueza crucial para analisar a pobreza. Ao modo que, segundo Pimentel,

a produção do pauperismo está incluída na produção da superpopulação relativa, assim como sua necessidade; ambos constituem a condição de existência da produção capitalista e do próprio desenvolvimento da riqueza. Nesse sentido, essa condição de existência é determinante, dado que a miséria só existe porque está alicerçado nela. Daí o caráter antagônico dessa relação, gerando acumulação da miséria num lado, e no outro, a acumulação do capital (PIMENTEL, 2012, p. 156).

Dentro dessa lógica capitalista em que a pobreza se insere, de modo que claramente encontra-se correlacionada a riqueza, cabe tratar a pobreza dentro de sua totalidade, considerando o conflito existente ente capital e trabalho, na qual se perpetua, a pobreza não pode ser vista a partir de princípios morais ou como problema individual, (SCHWARTZMAN, 2004).

Pobreza que se manifesta em suas múltiplas dimensões, não pode ser tratada sob o aspecto culpabilizador do indivíduo, a partir de uma visão positivista e funcionalista, em que é concebida ante uma escolha ou disfunção¹ do indivíduo, como parte de suas conquistas ou derrotas, por meritocracia, merecimento ou consequência por falta de seu esforço.

¹ Quando a pobreza se considera como uma disfunção, ora o pobre é “incluído” ou “reajustado” mediante abrigos, assistência e educação (protege-se o indivíduo), ora é “recluído” e reprimido, mediante encarceramento e criminalização (protege-se a sociedade ameaçada pelo indivíduo desajustado) (SIQUEIRA, 2011, p.235).

Sob este aspecto a autora Marilda Yamamoto (2000), aborda a pobreza no sentido amplo da questão social,

apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...] Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem [...] Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano (IAMAMOTO, 2000, p. 27-28).

Assim, pobreza associa-se à relação de contradição de classe, derivada da apropriação privada dos meios de produção por parte da burguesia, em relação a exploração da classe operária, na qual é subalternizada pela classe dominante² estabelecendo, portanto, uma relação antagônica de dominação, entre os que exploram a força de trabalho e os que a vende, ao reproduzir, portanto, desigualdades sociais, que se expressam nas multifacetadas manifestações da questão social³. Isto posto, compreende-se que o modo de produção capitalista, produz desigualdade e miséria/pauperismo.

Nesses termos, a pobreza não se desenvolve como um processo contrário ao Modo de produção capitalista, como um impedimento ao desenvolvimento capitalista, mas como um produto indispensável, em que evoluem concomitantemente, pois “a acumulação da miséria é proporcional à acumulação do capital”, ou “o enriquecimento do capitalista tem sua outra face: o empobrecimento do trabalhador” (IAMAMOTO, 1992, p. 64).

Para José Paulo Netto (2001), o aumento do pauperismo ocorre associado ao aumento da riqueza, constituinte de uma atuação política frente aos interesses da classe dominante

² Nas palavras de Marx e Engels: “As ideias da classe dominante são também as ideias predominantes em cada época, ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é também a força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual, se bem que, por essa razão, as ideias daqueles que não dispõem dos meios de produção intelectual ficam sujeitos à classe dominante” (MARX; ENGELS 1976, p. 45).

³ A questão social resulta da divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo. Supõe, desse modo, a consciência da desigualdade e a resistência à opressão por parte dos que vivem de seu trabalho. Nos anos recentes, a questão social assume novas configurações e expressões, e “as necessidades sociais das maiorias, as lutas dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas refrações nas políticas públicas, arenas privilegiadas do exercício da profissão” sofrem a influência do neoliberalismo, em favor da economia política do capital” (IAMAMOTO, 2007, p.107).

A designação do pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição de cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a história subsequente haveria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das *trade unions*, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social” (NETTO, 2001, p. 43).

Desse modo salienta-se que a pobreza no Modo de Produção Capitalista, se reflete diante das desigualdades inerente ao próprio sistema, que se manifesta seja diante das questões sociais, seja pela definição de pauperismo, o que ocorre, é que pobreza é um fenômeno que se adensa frente a exploração explícita no Capitalismo, que resulta não somente à falta de renda, mas que se desdobra na falta de acesso a condições dignas de trabalho, à falta de moradia, saneamento, dentre tantas outras expressões, que se manifestam na desenvolvimento desigual.

2. Precarização do Trabalho: da manufatura à indústria

Ao versar sobre o trabalho, Marx expõe que este, não é somente uma atividade física/laboral, mas acima de tudo uma fonte valor. O valor das mercadorias é derivado do trabalho socialmente produzido, no qual se reverte em valor econômico no modo de produção capitalista, é o trabalho que atende as necessidades da sociedade que gera valor de uso e valor de troca, e em consequência nutre a sistema capitalista⁴.

Marx (2013, p.517) enfatiza que “a produtividade do trabalho depende não apenas da virtuosidade do trabalhador, mas também da perfeição de suas ferramentas.” No processo de manufatura Marx analisa, a produtividade do trabalho, influenciada não apenas pela habilidade do trabalhador, mas também pela qualidade e eficácia das ferramentas utilizadas no processo produtivo. A manufatura introduz a divisão do trabalho no processo de produção, uma divisão simples entre trabalhadores qualificados e não qualificados.

Esse processo de divisão do trabalho, visa aumentar a eficiência e a produção em massa, mas também tem seu impacto na vida dos trabalhadores, “a

⁴ Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso (MARX, 2013, p. 172).

divisão manufatureira do trabalho é uma criação absolutamente específica do modo de produção capitalista”(MARX, 2013, p.538), também produz mais-valor, gera apropriação de mais valor, o foco está na força de trabalho, associada à eficiência na organização do trabalho, à divisão de tarefas e à especialização dos trabalhadores em suas funções, com o único fim de produzir mais em menos tempo, “promovendo artificialmente sua habilidade detalhista por meio da repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas”(MARX, 2013, p. 540), em que “o enriquecimento do trabalhador coletivo e, por conseguinte, do capital em sua força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em suas forças produtivas individuais.”

Desse modo, ocorre a deterioração das condições de trabalho, segurança e bem-estar do trabalhador no contexto de produção manufatureira⁵, ocorre uma alienação no processo de produção, diante da divisão social do trabalho, além da subordinação e exploração do trabalhador no processo de produção. Ocorre ainda, a fragmentação dos meios de produção entre os produtores de mercadorias e os trabalhadores,

Como forma especificamente capitalista do processo de produção social (...) tal divisão (...) não só desenvolve a força produtiva social do trabalho exclusivamente para o capitalista, em vez de para o trabalhador, como o faz por meio da mutilação do trabalhador individual. Ela produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. E assim ela aparece, por um lado, como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade e, por outro, como meio para uma exploração civilizada e refinada (MARX, 2013, p.544).

Com isso, se perpetua as desigualdades sociais, o que posteriormente resulta em desvalorização dos trabalhadores menos qualificados, ocasionando baixos salários, longas jornadas de trabalho, subemprego e/ou desemprego.

Marx aponta ainda que:

A parcela da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais diretamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha produção artesanal e manufatureira contra a indústria mecanizada e, por outro, inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrota o mercado de trabalho, reduzindo assim o preço da força de trabalho abaixo de seu valor (MARX, 2013, p.612).

O sistema de produção capitalista, claramente expresso na escala Industrial,

⁵ Na manufatura, tal como no regime de cooperação simples, o corpo de trabalho em funcionamento é uma forma de existência do capital. O mecanismo social de produção integrado por muitos trabalhadores parciais individuais pertence ao capitalista. Por isso, a força produtiva que nasce da combinação dos trabalhos aparece como força produtiva do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes independente como também cria uma estrutura hierárquica entre os próprios trabalhadores (MARX, 2013, p. 539).

descarta o trabalhador e o lança à situação de pauperismo e miséria, com um efeito destruidor que invade o trabalhador e sua família, nutrindo assim a base motriz do modo de produção, caracterizado por Marx como exército Industrial de reserva.

Esse antagonismo existente entre produção de riqueza e produção de pobreza, estabeleceu uma dualidade contraditória, em que coloca o trabalho como eixo central no modo de produção capitalista, tornando-o indispensável para a produção de riqueza, no entanto, ao mesmo tempo ocorre redução da absorção da força de trabalho. Nestes termos Iamamoto, revela que "o capital, em seu movimento de valorização, produz a sua 'invisibilidade trabalho' e a 'banalização do humano', condizentes com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso (IAMAMOTO, 2007, p. 53).

Desse modo, é oportuno destacar que a destemível e voraz busca do capitalista pelo lucro, com o processo de maquinaria, não significou para o trabalhador, avanços ou mudanças positivas, comparadas ao processo manufatureiro, ao contrário, produziu consequências drásticas reveladas dentro do processo de produção de riqueza, configuradas nas contradições e antagonismos advindos da utilização das máquinas pelo capitalista⁶.

Com o desenvolvimento da indústria e a acumulação do capital, ocorre o acirramento da pobreza, expressas, não somente no interior das fábricas, mas também nas condições de moradia dos trabalhadores, em que a parcela mal remunerada vivia de forma degradante, insalubre e precária. O progresso nas cidades acompanhava o desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo, em que empurravam para a periferia das cidades, os trabalhadores, em situações de extrema miséria, havendo aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço, e o improvisado de moradias pelos trabalhadores, nos centros urbanos (MARX, 2013).

[...] as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinha chamam-se cottages e normalmente constituem em toda a Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A

⁶ Portanto, considerada em si mesma, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela aumenta a jornada de trabalho; como, por si mesma, ela facilita o trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela aumenta sua intensidade; como, por si mesma, ela é uma vitória do homem sobre as forças da natureza, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela subjuga o homem por intermédio das forças da natureza; como, os efeitos por si mesma, ela aumenta a riqueza do produtor, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela o empobrece etc.(MARX, 2013, p. 626).

ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias - onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar a roupa (ENGELS, 2010, p. 70).

Marx (2013) e Engels (2010), relatam em seus textos, as condições de sobrevivência, por parte dos trabalhadores, “mal pagos” e explorados pelo sistema capitalista de produção, na cidade de Londres no bojo da Revolução Industrial no século XVIII, Engels (2010) destaca ainda que, o desenvolvimento da Indústria se dá a partir do trabalho exercido pelos operários, nos quais são totalmente desvalorizados, e recebem como resposta ao desenvolvimento tamanha miséria e exploração.

Exploração essa, que se apropria do trabalhador, a partir do momento que ele vende sua força de trabalho, desse modo, o trabalhador produz o que Marx chama de mais valor, a partir da extração da Mais-Valia, o valor de uma mercadoria, segundo a teoria do valor-trabalho de Marx, está peculiarmente ligado ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Para Marx (2013, p. 706):

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.

Desta forma, observa-se que a busca incessante por lucro, atrelada a competição e exploração do trabalho, agudiza a concentração de renda, suscita a marginalização econômica social de grupos sociais, o que, por sua vez, gera desigualdade e acentua a pobreza em diversas dimensões sociais. Segundo Marx,

o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato mercadorias em geral (MARX, 2010, p. 80).

Nestes termos Marx argumenta que, embora o trabalhador produza riqueza por meio de seu trabalho, a maior parte dessa riqueza é apropriada pelo capitalista, restando ao trabalhador salários que mal cobrem suas necessidades básicas. A lógica latente é que, à medida que os trabalhadores aumentam sua produtividade, ao produzir mais bens em menos tempo, isso resulta em uma maior quantidade de mais-valia extraída pelos empregadores. No entanto, em vez de traduzir-se em melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, isso se expressa em maior concentração de

riqueza nas mãos dos capitalistas, por consequência, ocorre o acirramento da pobreza, o alargamento da divisão entre classes e a perpetuação das desigualdades, que se evidenciam nas disparidades econômicas vigente no Capitalismo.

Destarte, a mais-valia configura-se como recurso que impulsiona o processo de Acumulação capitalista, de modo que se associa à lógica de que o capitalista reinveste a mais-valia para expandir os meios de produção e proporcionalmente aumentar a escala de produção. Ao argumentar sobre “A Lei Geral da Acumulação Capitalista”⁷, Marx discorre sobre a composição do capital, quando se refere a proporção relativa entre o capital constante e o capital variável⁸, de modo que o capital constante compreende os meios de produção, enquanto o capital variável é gasto na contratação de força de trabalho, o que por sua vez, contribui para a exploração dos trabalhadores, e desdobra-se numa relação desigual entre o capital constante e o capital variável. Assim, a composição técnica do capital, valor do capital constante e valor do capital variável, é definida por Marx de composição orgânica do capital.

Observa-se uma relação de dependência apontada por Marx⁹, no qual consiste em expor que o próprio mecanismo de acumulação de capital, contribui para o aumento da população empobrecida. À medida que os capitalistas buscam maximizar seus lucros, os trabalhadores muitas vezes enfrentam uma pressão crescente sobre seus padrões de vida, o que resulta em uma massa crescente de pobres, no qual perpetua essa relação de dependência.

A esta dependência, é oportuno salientar, o pensamento de Marx,

O aumento do preço do trabalho é confinado, portanto, dentro dos limites que não só deixam intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas asseguram sua reprodução em escala cada vez maior. Na realidade, portanto, a lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de

⁷ Karl Marx expõe em “A Lei Geral da Acumulação Capitalista”, no capítulo XXIII de O Capital, a influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora. O fator mais importante nessa investigação é a composição do capital e as alterações que ela sofre durante o processo de acumulação. (MARX, 2013, p. 835).

⁸ Conforme analisado por Neto e Braz (2006, p.61), na medida em que o lucro é a força motriz da produção capitalista, compreende-se que o que interessa ao capitalista é a produção de mais-valia. Pode-se mesmo afirmar que, no MPC, o que mobiliza a produção é a produção de mais-valia, que constitui a forma típica do excedente econômico nesse modo de produção. Ora, sem o capital constante (o trabalho morto), é impossível produzi-la; o capital constante é uma condição necessária para produzir mais-valia; porém, não é, nem de longe, condição suficiente – esta é representada pela força de trabalho (que devemos designar por trabalho vivo): a mais-valia é criada exclusivamente por ela. Assim, o capital não explora capital constante (os meios de produção, o trabalho morto) – explora a força de trabalho, o trabalho vivo.

⁹ O processo de acumulação aumenta, juntamente com o capital, a massa dos “pobres laboriosos”, isto é, dos assalariados, que convertem sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e, justamente por isso, têm de perpetuar sua relação de dependência para com seu próprio produto, personificado no capitalista (MARX, 2013, p. 839).

exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada. (MARX, 2013, p.844).

O autor consubstancia está crítica, ao afirmar que a existência do trabalhador serve primariamente para atender as necessidades do capital, que sua força de trabalho é vendida e explorada, com o fim único de produzir mercadorias, e subsequente, gerar mais valor do que o pago em salários, desse modo, a acumulação capitalista produz, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, supérflua, indispensável para acumulação ou desenvolvimento da riqueza, convertida em condição de existência do modo de produção capitalista, ao constituir-se ao que Marx chama de Exercício Industrial de Reserva¹⁰.

Desse modo postula que a acumulação de capital no sistema capitalista está intrinsecamente ligada ao empobrecimento da classe trabalhadora, resultando em um ciclo contínuo de desigualdade e exploração, ao destacar que “quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista” (MARX, 2013, p. 875).

Por consequência a pobreza não é uma anomalia do capitalismo, mas sim uma característica própria do sistema, intrinsecamente ligada à estrutura e às relações de classe do capitalismo¹¹. A pobreza adquire o caráter funcional do capital ao assegurar sua disponibilidade no chamado exército industrial de reserva, é o excesso de mão de obra, que assegura o funcionamento do sistema de produção, no qual contribui significativamente para o rebaixamento dos salários, acarreta a precarização do trabalho, em que não supri as necessidades mínimas da existência humana em uma capacidade constante de produzir em abundância, em que o desenvolvimento das chamadas forças produtivas não acompanhou a elevação dos níveis e condições de reprodução social (GUERRA, 2007).

Nesse contexto emerge o processo de empobrecimento extremo da classe trabalhadora sob o sistema capitalista, a qual Marx chama de pauperização absoluta. Ao

¹⁰ Esse exército industrial de reserva, nos termos de Marx (2013, p. 858), pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização do material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional

¹¹ À medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar. Por último, a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefest prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital (MARX, 2013, p. 877).

acarretar um empobrecimento profundo e generalizado não só dos desempregados, incide também na classe trabalhadora, diante da precarização do trabalho, de modo que, a pobreza se agrava, conforme mencionado abaixo,

No modo de produção capitalista a pobreza (pauperização absoluta ou relativa) é o resultado da acumulação privada do capital, mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital e trabalho, entre os donos dos meios de produção e os donos de mera força de trabalho, exploradores e explorados, produtores diretos da riqueza e usurpadores do trabalho alheio (MARX apud MONTAÑO, 2012, p. 279).

Ao contemplar a distinção entre pobreza absoluta e relativa, Rocha (2006), colabora com a seguinte definição

Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física, portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital, O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, consequentemente, delimitar um conjunto de indivíduos "relativamente pobres em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos (ROCHA, 2006, p.11).

Diante dessa discussão, Martinelli (2009, p.18-19), salienta que o progresso capitalista, “se fizera à custa da exploração da classe trabalhadora, cujo processo de pauperização caminhará com a mesma intensidade em que se dera a concentração da riqueza nas mãos da burguesia”. Ocorre, portanto, um ciclo de desigualdades fomentadas pela lógica do capital, de modo que, a produção de riqueza resulta da exploração do homem pelo homem, em meio a desfavoráveis condições de trabalho.

Em suma, é imprescindível destacar que são as consequências do modo de produção que caracteriza e define a pauperização expressos sob a ótica do lucro através da progressiva extração da mais-valia, decorrendo tendencialmente “a uma pauperização absoluta dos trabalhadores ou o que ocorre geralmente, a uma pauperização relativa dos trabalhadores” (NETTO; BRAZ, 2006, p.110).

3. Considerações finais

Identificou-se ao longo dessa análise sobre a precarização do trabalho nos moldes da sociedade capitalista, que seus determinantes econômicos, sociais e políticos estão intrinsecamente vinculados à contradição inerente ao modo de produção capitalista. Tal como a condição de pauperismo expressamente vivenciada pelo trabalhador na sociedade, bem como, as desigualdades sociais, miserabilidade, subalternidade e dominação que se consolidam nas multifacetadas expressões da questão social.

Verifica-se que o desenvolvimento capitalista ocorrido com a revolução industrial, representou para o trabalhador proletariado, um cenário de complexas e intensas condições de desigualdade, marcadas por danos físicos e psicológicos, de modo que acelerar a produção, significava para o trabalhador maior exploração em detrimento de maior produtividade e maior riqueza socialmente produzida. Este cenário sinaliza as disparidades existentes entre os que detêm o capital e os que atuam na produção.

Desse modo, a pobreza que se caracteriza a partir desta antagônica relação de contradição, existente na sociedade capitalista, continuamente se desenvolve e se reproduz no cerne da desigual produção de riqueza, caracterizada como um processo estrutural, particularizado pelas relações determinadas no Modo de Produção Capitalista, em que se prioriza a acumulação de capital, em detrimento do atendimento as necessidades básicas, materiais e sociais, expressas pela população, ao modo que, de fato a relação de pobreza construída no interior dos processos de sociabilidade é gestado a partir desta relação de contradição, expressas nas relações sociais, presentes na sociedade, onde o poder do capital determina as relações que se estabelecem no sistema capitalista.

Assim a pobreza, que é questão social, vai além das limitações financeiras, se expressa também na precarização do trabalho, enquanto resultado das estruturas sociais e econômicas desiguais típicas do modo de produção capitalista. Desse modo, ao analisar a pobreza, apontou-se no texto, a correlação existente entre a produção de riqueza e produção da pobreza, ou seja, entre desenvolvimento econômico e o adensamento da pobreza consolidada sob o capitalismo, ao passo que as particularidades do capitalismo desmontam direitos sociais e relações trabalhistas.

Nestes termos, a presente discussão contribui para a compreensão acerca dos efeitos da acumulação capitalista ante a precária condição de vida da população, visto que a reprodução da pobreza é fator indispensável para o avanço do sistema, onde o mesmo trabalho que cria riqueza também reproduz desigualdade.

Referencias

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Jovens pobres e o futuro – a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza**. Niterói: INTERTEXTO, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

- GUERRA, Yolanda. et all O debate contemporâneo da “Questão Social” *In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas*, UFMA, 2007, disponível em www.joinpp.ufma.br. Acesso em 22/06/2023.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo, Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. *In: Revista Serviço Social & Sociedade* (110). São Paulo: Cortez, 2012.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica/Serviço Social, V. 1).
- NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. *Revista Temporalis*, Brasília: ABEPSS, n.3, 2001.
- PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova Questão Social” Raízes materiais e humanosociais do pauperismo de ontem e de hoje**. 2ª Ed. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.
- ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social diferentes concepções e compromissos políticos**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social. 2011.

